



REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 261 / x ( 4ª)

Assunto: **Vestígios Arqueológicos identificados no âmbito da construção do IC 16**

Destinatário: **Ministério da Cultura**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se
Publique-se
09 / 10 / 2008
Q. Secretário da Mesa <i>Recorreio</i>

O concelho de Sintra tem actualmente 207 sítios arqueológicos identificados que se encontram registados na Base de Dados Endovélico, que é gerida pelo IGESPAR (Ministério da Cultura).

Durante a realização do Recape do Estudo de Impacte Ambiental do IC16 (Lanço Nó da CREL – Nó do IC30/IC16) foi identificado pela equipa de arqueologia, em 2007, um sítio arqueológico que ficou designado por Sítio do Telhal e que recebeu o número 30117 na base de dados Endovélico. Segundo informações obtidas a partir desta base de dados oficial, foram realizadas sondagens de escavação arqueológica as quais comprovaram a existência de um sítio arqueológico do período tardo romano (sondagem 3 e 4).

Confluindo directamente com o traçado, foram identificadas sepulturas islâmicas num afloramento rochoso, para além de silos com materiais arqueológicos diversos. Restos de muros tardo-romanos comprovam a existência de outro tipo de estruturas, as quais até agora não se atribuiu uma classificação funcional.

A comunidade arqueológica mostrou-se alarmada perante o que se pode classificar de atentado ao património arqueológico caso não se tomem as medidas de protecção necessárias. Segundo o vice-presidente do IGESPAR, Prof. Dr. João Pedro Ribeiro, em declarações ao jornal Público (04/10/2008 – artigo de Luís Filipe Sebastião) afirma que “os vestígios detectados no decurso da obra possuem uma dimensão mais importante do que o previsto.”

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Cultura, o seguinte:

1. O Governo tem conhecimento pleno do tipo de intervenção arqueológica que se está a realizar e dos resultados científicos que se têm obtido?



2. O Governo equaciona a hipótese de prolongar o viaduto que está a ser construído de forma a evitar a colocação de pilares na zona arqueológica?
3. O Governo equaciona a hipótese de criar outra zona de colocação de aterros uma vez que este localiza-se nas imediações dos vestígios arqueológicos?
4. Dado que se trata de um importante achado arqueológico, o Governo equaciona avançar com a realização de mais estudos arqueológicos nas zonas ainda não intervencionadas pela obra de forma a minimizar impactes negativos que possam advir da descoberta de mais estruturas arqueológica desconhecidas?
5. O Governo equaciona o reforço de meios humanos e materiais disponíveis ao nível da equipa de arqueologia, em consonância com o dono de obra, de forma a garantir a preservação dos achados e a continuação da obra?
6. Quais os resultados das reuniões até agora realizadas entre responsáveis da Câmara Municipal de Sintra, do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, da equipa de Arqueólogos, do IGESPAR e do dono de Obra?

Assembleia da República, 9 de Outubro de 2008.

Os Deputados:

João Oliveira

Bruno Dias